Justiça mantém liminar que susta as nomeações de Dalla para o Senado

Brasília — De nada valeram as explicações contidas nas 15 laudas da petição em que o Senador Moacyr Dalla (PDS-ES), Presidente do Senado, requereu ao Juiz Jacy Garcia Vieira, da 2ª Vara da Justiça Federal de Brasília, a revogação da liminar suspendendo os efeitos dos Atos 87 e 88 da Mesa, que efetivaram 1 mil 554 funcionários, dos quais cerca de 300 recentemente contratados. O juiz manteve a sua decisão.

Além de manter a liminar, o juiz federal determinou à Mesa do Senado que anexe ao processo cópias dos contracheques de todos os beneficiados referentes aos vencimentos de dezembro do ano passado e janeiro de 1985, a fim de que possam ser comparados os níveis salariais. O salário do mês de dezembro foi pago com base nos contratos regidos pela CLT e o janeiro pelo sistema estatutário.

Não provou

O Juiz Jacy Vieira argumenta, para manter a liminar que concedeu na ação popular movida pelos advogados Pedro Calmon e Jonas Candeias, que a Mesa do Senado Federal “não comprovou que com a continuidade do pagamento, aos 1 mil 554 beneficiados, dos vencimentos e vantagens decorrentes da nova condição de estatutários não haverá prejuízo para o patrimônio público, mesmo em caso de eventual procedência da ação”.

Segundo o juiz, Moacyr Dalla não conseguiu provar que não tem fundamento a alegativa dos autores da ação popular de que alguns dos beneficiados passaram a receber vencimentos superiores a Cr\$ 7 milhões mensais, ao mesmo tempo em que também não provou que eles, na condição de empregados pelo sistema de CLT, já percebiam esses níveis tão elevados, “bem superiores aos vencimentos dos ministros do colendo Supremo Tribunal Federal, dos congressistas e do próprio Presidente da República”.

Mandado de segurança

Ao tomar conhecimento da decisão do juiz da 2ª Vara Federal, o advogado Eri Varella, contratado por quase 500 dos servidores do Senado integrantes da lista de beneficiados com os Atos 87 e 88, informou que ainda hoje deverá dar entrada num mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos, visando anular a liminar e restabelecer a validade de todas as transformações de regime jurídico de trabalho dos 1 mil 554 servidores da Gráfica do Senado.

O advogado argumenta haver direito adquirido que não poderia ser violado, além de alegar a existência de um problema social grave, resultante do fato de tantas pessoas ficarem sem receber seus vencimentos e impedidas, portanto, até mesmo de alimentar suas famílias.

Amanhã, o Juiz Jacy Vieira deverá afastar-se do processo, uma vez que se encontrava apenas substituindo o titular a 2ª Vara Federal, Ilmar Nascimento Galvão, que regressa de suas férias e assume a causa. O advogado Pedro Calmon disse que aguarda “ansioso que os beneficiários ingressem com o mandado de segurança, pois ganharemos a causa por antecipação, já que a medida forçará um pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos”.

— O TFR — explica o advogado — é exatamente o órgão ao qual o processo deveria subir em caso de recurso, quando do julgamento do mérito pelo juiz.

Para Pedro Calmon, a alegação do advogado contratado pelos funcionários do Senado de que o pessoal da gráfica tem direito adquirido protegido pela Constituição “não tem fundamento, pois não existe direito adquirido resultante de ato nulo de pleno direito, como foi o da Mesa do Senado”.

No STF

Também no Supremo Tribunal Federal, uma questão paralela à da ação popular que corre na Justiça Federal — um mandado de segurança contra a nomeação de funcionários para o quadro do próprio Senado, contrariando a ordem de classificação no concurso público específico — teve sua liminar retardada por decisão do Ministro-Relator, José Néri da Silveira.